

GDF escapa CORREIO BRAZILIENSE mais uma vez da Justiça

Liminar impede seqüestro de R\$ 287 milhões da Saúde para pagar ação trabalhista de médicos e dentistas

A reunião do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde (Conass) que começou ontem em Natal (RN) pode não trazer muitos resultados para outros participantes, mas para a Secretaria de Saúde e a Fundação Hospitalar (FHDF), significou uma economia de R\$ 287.857.209,93.

A ausência da secretária de Saúde, Maria José Maninha (que viajou às 12h de ontem para Natal), quando chegou o oficial de Justiça e o advogado do Sindicato dos Médicos, Marco Antonio Bilíbio Carvalho, às 15h, impediu que as contas da FHDF fossem bloqueadas.

A Justiça do Trabalho determinará três seqüestros de valores (de R\$ 262.761.617,77, R\$ 19.253.344,04 e R\$ 5.832.248,12) para pagar os 450 médicos e dentistas que ganharam ação indenizatória.

Por sorte, o secretário interino, Antonio Campos, também não estava para receber a notificação.

Numa ação rápida, o procurador da FHDF, José Luiz Ramos, entrou com um pedido de liminar junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), que foi despachado favoravelmente ao GDF, às 18h30 de ontem, pelo corregedor-geral da Justiça do

Trabalho, juiz Almir Pazzianotto, impedindo o seqüestro dos valores.

SINDICATO

A ação dos 450 médicos e dentistas da FHDF vem se arrastando desde 1986 e não foi paga também por dois governos do DF anteriores ao atual.

A ordem de seqüestro foi assinada pelo vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT-DF), Paulo Mascarenhas.

A direção do Sindicato dos Médicos informou ontem que, após assumir a secretaria, Maninha iniciou negociações visando um entendimento para pagar os valores da ação, mas ainda não chegaram a uma proposta objetiva.

O diretor do sindicato, Mário Cinelli, disse que a entidade patrocina as ações, que são individuais, e luta para receber desde dezembro de 1989.

Quando o pagamento foi prometido para o início de 1990 houve uma negociação e um acordo com os médicos, que reduziram os cálculos para tentar receber e, mais uma vez, saíram frustrados.

A ação já foi vencida em todas as instâncias da Justiça do Trabalho e ganha até no Supremo Tribunal Federal (STF).